

PRÁTICAS GLOBAIS NA PETROBRÁS DEVEM ABRANGER TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO



Tema foi debatido durante a PlenaFUP

A FUP está debatendo e levará à Petrobrás a adoção de diversas medidas que já estiveram na mesa de negociação com a empresa, em 2012, e que agora deverão ser retomadas. Trata-se de um acordo global sobre padrões sociais globais na Petrobrás que tem também a instituição **IndustriALL** como signatária do documento. **PÁGINA 2**



OS IMPACTOS DO TARIFAÇO PARA OS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO

O aumento das tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros acendeu um sinal de alerta entre trabalhadores terceirizados, **especialmente na indústria** e no setor de serviços. Relatório do DIEESE aponta que, entre os **726,7 mil postos de trabalho ameaçados**, **uma parcela significativa corresponde a funções terceirizadas**, tradicionalmente mais vulneráveis em momentos de retração econômica. **PÁGINA 3.**

LUTA DOS TRABALHADORES

PRÁTICAS GLOBAIS NA PETROBRÁS DEVEM ABRANGER TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO

Foto Ilustrativa

A FUP está debatendo e levará à Petrobrás a adoção de diversas medidas que já estiveram na mesa de negociação, em 2012, e que agora deverão ser retomadas. Trata-se de um **acordo global sobre padrões sociais globais na Petrobrás – o Pacto de Práticas Globais**, que tem também a instituição IndustriALL* como signatária do documento.

Notadamente em relação aos trabalhadores do setor privado, de empresas terceirizadas que atuam na Petrobrás – que segundo a própria empresa chegam, hoje, a **110 mil trabalhadores**, frente a 50 mil próprios – o Pacto propõe que os princípios do documento não devem valer apenas para os diretos, mas também se estendam às subsidiárias e empresas prestadoras de serviços, ou seja, alcançam trabalhadores de empresas terceirizadas vinculados a contratos da Companhia.

SEGURANÇA - Entre os pontos tratados no documento, há um forte apelo para **questões envolvendo segurança no trabalho**. E não é para menos: De 2020 a 2025, segundo a FUP, foram registradas **19 mortes no Sistema Petrobrás, todas envolvendo trabalhadores do setor privado**. Alongando o tempo, a situação só piora. Entre 1995 e 2017, ocorreram **372 mortes** de petroleiros no Sistema Petrobrás, das quais **303 envolveram trabalhadores de empresas terceirizadas**, representando cerca de 81,5% do total.



Práticas globais devem abranger trabalhadores do setor privado na Petrobrás

Por isso, o documento aponta que, independente do contrato, todos os trabalhadores devem receber treinamento adequado em segurança e ter equipamentos de proteção para realizar suas funções; o direito de recusa também deve ser aplicado aos terceiros, sem que sofram sanções se estiverem amparados pelo acordo.

O documento prevê, ainda, que a empresa deve reportar dados sobre acidentes de trabalhadores próprios e contratados/empreiteiros para o sistema de acompanhamento. Por fim, a identificação e prevenção de riscos trabalhistas, liberdade sindical e de direitos humanos deve envolver a atuação dos prestadores de serviços.

OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS

- As empresas também devem ser chamadas à responsabilidade. Os contratos com fornecedoras e prestadoras de serviços deverão **incluir cláusulas que garantam condições de trabalho decentes, respeito aos direitos humanos e**

cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária em seus acordos.

Para o diretor do **Sindipe-tro-RS** que acompanhou os debates sobre o tema durante a **PlenaFUP**, o documento deixa claro que os trabalhadores do setor privado estão incluídos no alcance do acordo, tanto no que diz respeito aos direitos fundamentais, quanto nas obrigações de **segurança, remuneração digna e condições de trabalho**. “Há compromissos específicos para prestadoras de serviço, buscando reduzir a precarização inerente da terceirização, embora a efetividade dependa essencialmente da mudança da forma de contratação de serviços pela Petrobrás, processo esse que deve garantir aos trabalhadores do setor privado remuneração justa e condições dignas de trabalho. Esse **Pacto de Práticas Globais** precisa também da efetiva fiscalização do cumprimento contratual pela Petrobrás, para funcionar e, ainda, da ativa vigilância e atuação sindical.”

PONTO DESTACADO	DESCRIÇÃO
Direitos e condições de trabalho	Devem ser aplicáveis também aos trabalhadores de empresas terceirizadas
Proibição de trabalho forçado, escravo ou infantil	Abarca toda a cadeia produtiva
Não discriminação e igualdade de oportunidades	Aplicáveis a todos os trabalhadores sob gestão da empresa, inclusive setor privado
Direito à organização sindical e negociação coletiva	Empresa deve respeitar liberdade de associação e não pode discriminar trabalhadores de empresa terceirizada por atividade sindical

(*) **A IndustriALL** - É uma confederação sindical global que representa trabalhadores de diversos setores, com objetivo de defender os direitos dos trabalhadores, combater o trabalho precário, fortalecer o poder sindical e promover políticas industriais sustentáveis. No Brasil esta atuação é feita através da IndustriALL-Brasil.

TARIFAÇO

O IMPACTO DO TARIFAÇO PARA OS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO



Imagem: Plebiscito Popular 2025

O aumento das tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros acendeu um **sinal de alerta entre trabalhadores terceirizados**, especialmente na indústria e no setor de serviços. Relatório do DIEESE aponta que, **entre os 726,7 mil postos de trabalho ameaçados, uma parcela significativa corresponde a funções terceirizadas**, tradicionalmente mais vulneráveis em momentos de retração econômica.

O ELO MAIS FRÁGIL - Em muitos setores, a contratação terceirizada é prática comum. São esses trabalhadores que, em geral, enfrentam as primeiras demissões. “A flexibilidade contratual dos terceirizados, transforma esse grupo no principal alvo de ajustes repentinos”, destaca o DIEESE.

De acordo com o levantamento, o setor de serviços — grande empregador de terceirizados — pode perder quase

250 mil vagas. Na **indústria de transformação**, o efeito cascata dos cortes atinge **operários, pessoal de apoio logístico, manutenção e limpeza**, setores que já operam com contratos menos estáveis.

O temor é agravado pelo encolhimento da massa salarial, previsto em R\$ 14,33 bilhões, e pela queda na arrecadação de impostos, que pode prejudicar a manutenção de políticas públicas de proteção ao emprego. “Sem estabilidade, os terceirizados acabam sendo os primeiros a sentir a retração, muitas vezes sem acesso a benefícios ou negociações coletivas robustas”, alerta o estudo.

TERCEIRIZADOS NÃO PODEM SER DEIXADOS PARA TRÁS

O relatório do DIEESE recomenda medidas de diversificação de mercados e

fortalecimento das negociações sindicais, com atenção especial aos terceirizados, que representam o elo mais vulnerável diante do tarifaço.

Nos próximos meses, a situação desses trabalhadores pode se agravar, exigindo respostas rápidas do poder público e da sociedade para **proteger o emprego e garantir condições dignas de trabalho**.

A fim de proteger os trabalhadores terceirizados, são apontadas entre as medidas necessárias monitorar demissões e suspensões dos contratos de trabalho e incluir as empresas terceirizadas nas mesas de negociações coletivas.

O recado é claro: **só com união, negociação e mobilização será possível enfrentar o tarifaço**, proteger empregos e garantir direitos — especialmente para os trabalhadores terceirizados, que não podem ser deixados para trás.

CENTRAIS SINDICAIS E SINDICATOS REAGEM

Para as centrais, a medida atinge diretamente a economia e ameaça milhares de empregos. Por isso, já entregaram ao Ministro do Trabalho documento onde defendem:

- **Negociação coletiva rápida** com empresas afetadas;
- O pacote de R\$ 30 bilhões anunciado pelo governo para ajudar setores afetados deve estar **condicionado à manutenção de empregos**;
- **Fortalecimento das campanhas salariais** no 2º semestre;
- Encontro internacional de sindicatos para denunciar o impacto global do tarifaço;
- Os sindicatos devem estar atentos e analisar a situação real das empresas;
- Evitar que patrões usem a crise como desculpa para não dar reajustes;
- Lembrar que o Brasil reduziu sua dependência dos EUA e abriu 387 novos mercados a partir de 2022.



VOCÊ SABE A DIFERENÇA DE TERCEIRIZAÇÃO E PEJOTIZAÇÃO?

Não é novidade para ninguém o quanto os trabalhadores terceirizados sofrem com o descaso e a irresponsabilidade de empresas que não pagam direitos básicos como forma de aumentar seus lucros. Mas o trabalhador terceirizado ainda tem carteira assinada, tem acordo coletivo, e tem alguns benefícios, como INSS e FGTS.

Mas agora, as empresas, com objetivo de aumentar seus lucros e fugir de qualquer responsabilidade, inclusive com a saúde e segurança dos trabalhadores, estão partindo para uma nova prática: a pejetização.

A pejetização permite que as empresas contratem trabalhadores como pessoas jurídicas para exercer funções típicas de empregados, representa um



risco ainda mais grave que a terceirização para as relações de trabalho no Brasil.

Ao acabar com os vínculos formais por contratos de prestação de serviços via CNPJ, o trabalhador perde a rede de direitos trabalhistas construída

ao longo de décadas, retirando garantias como férias remuneradas, 13º salário, licença-maternidade e estabilidade em situações específicas. Além disso, muitos enfrentam condições insalubres que colocam em risco sua saúde e segurança, incluindo a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a falta de treinamento, a inobservância das normas regulamentadoras, transporte inadequado e ambientes de trabalho degradantes.

Fique atento! Não caia no "canto da sereia" da pejetização. Com o discurso de: "você dono de seu próprio negócio", as empresas querem aumentar seus lucros e se livrar de qualquer responsabilidade com o trabalhador.



REFORMA ADMINISTRATIVA

Você já deve ter ouvido falar na tal Reforma Administrativa. Fique de olho, porque **esta reforma afeta diretamente os trabalhadores**, que são quem mais precisa dos serviços públicos. Se a reforma, que já está na Câmara dos Deputados, passar, a qualidade dos serviços públicos vai piorar; o apadrinhamento político e trocas de favores serão regra; e, sem a estabilidade do concurso, as portas estarão abertas para a corrupção. Ou seja, assim como a Reforma Trabalhista não trouxe mais emprego e a da Previdência dificultou o acesso dos trabalhadores brasileiros à aposentadoria, a Reforma Administrativa não vai melhorar os serviços públicos, **mas sim desmontá-los**.

PARA ACOMPANHAR



Dia 25/08, os trabalhadores da **LCD Engenharia** que atuam na Refap foram obrigados a paralisar as atividades em protesto contra o **descumprimento de direitos básicos**. A mobilização foi na frente da refinaria, onde demitidos que não receberam suas verbas rescisórias trancaram os portões e denunciaram o calote da empresa. A paralisação foi mais um capítulo da luta que se arrasta desde junho de 2025, quando vieram à tona os atrasos nos salários, no vale-alimentação, no plano de saúde, no vale-transporte e até mesmo na quitação de FGTS e INSS. Os trabalhadores denunciaram que a LCD Engenharia vem agindo de forma **irresponsável e desrespeitosa com a categoria**.

ESTE CANAL É PARA VOCÊ!

SUGESTÕES!

MENSAGENS!

DENÚNCIAS!

PARTICIPE PELO EMAIL

pontocomum@sindipetro-rs.org.br

pontocomum

pontocomum

Informativo editado pelo SINDIPETRO-RS e dirigido aos trabalhadores terceirizados das Unidades do Sistema Petrobrás no RS | "SINDIPETRO-RS GESTÃO 2025-2028"

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br